



Matriz GERAL de sistematização (resumida)

Princípios de Governança e uso da Internet do CGL.br relacionados (ler cada princípio):

(5) Inovação

(6) Neutralidade da Rede

(9) Padronização e Interoperabilidade

A) **Questões chave:** questões chave naquele ponto que demandam ação para serem mantidos/alterados ou que estarão concretamente em pauta no próximo período.

Temas mais discutidos (todos com aproximadamente a mesma quantidade de intervenções):

- Neutralidade
- Inovação
- Interoperabilidade e padronização

a.1 Principais controvérsias e consensos

Controvérsias

- Existe uma discordância clara das operadoras de telecomunicação com relação à adoção do conceito de neutralidade absoluta e defende que as empresas tenham autonomia para gerir o tráfego de acordo com as suas estratégias de negócio.
- Em geral, os outros setores presentes acreditam na importância da neutralidade de rede, com expressa rejeição à quebra da neutralidade com base em motivos políticos, comerciais (contratos de priorização de tráfego), religiosos, culturais ou qualquer outra forma de discriminação ou favorecimento.

Consensos

- Uso obrigatório de padrões abertos pelos governos.
- Governo deve liderar adoção de padrões.
- Incentivar empresas e sociedade a adotarem padrões abertos.
- Apoio ao uso de software livre pelo governo.
- Apoio à inovação através do desenvolvimento de tecnologia nacional.
- Inovação como ferramenta de resolução dos problemas de escassez de acesso.

Propostas de ação

Neutralidade

- Que a proposta do Marco Civil da Internet seja pontual, não deixando lacunas para uma regulamentação futura, de modo que defina claramente o que é neutralidade.

Inovação

- O investimento em inovação deve ser prioridade.
- Adoção de novos modelos para provimento de acesso usando a inovação, de modo aproveitar os recursos existentes de maneira mais eficiente e barata.
- Continuar o investimento e a inovação na produção de equipamentos nacionais.



- Olhar para o futuro e não apenas para as questões presentes; reconhecer o movimento que já existe em outros países do mundo para planejar a Internet do futuro; experimentar e investir em novas arquiteturas básicas.

Interoperabilidade e padronização

- Que haja um reforço do governo no apoio ao uso de padrões abertos.
- Que todos os sites do governo deem suporte aos padrões abertos da Web.
- Que o governo seja um líder na adoção de padrões abertos.
- Deve haver planejamento dentro do governo para a adoção de software livre.
- Aumentar o alcance do e-PING dentro da esfera pública, regulamentando a troca e a publicação de arquivos do Estado em formatos abertos.
- Incentivar a adoção de padrões abertos na esfera privada.
- Brasileiros que conhecem tecnologias abertas devem aumentar sua participação nos fóruns internacionais de padronização para levar a realidade brasileira para as especificações de padrões abertos.

B) Outras posições e propostas de ação (não relacionadas a questões chave)

Principais questões secundárias

- IPv6
- Redes públicas de acesso
- Dados abertos e transparência
- Acesso e universalização
- Medição da qualidade de tráfego e serviço
- Interoperabilidade com TV digital e serviços multimídia de banda larga

Debates a serem aprofundados

- Estudar um modelo de participação mais efetivo para que governo, academia, terceiro setor e empresas discutam o investimento em inovação em telecomunicações.
- Existe neutralidade? Já existe quebra da neutralidade? Qual o estado atual?
- Como as instituições brasileiras (principalmente a academia), que são capacitadas tecnicamente para tal, podem participar mais ativamente da construção dos padrões abertos?
- Discutir modelos de investimento conjunto em infraestrutura (governo, empresas).
- Criar um planejamento de inovação de longo prazo.

Plenária Final

- Houve registro de duas manifestações na plenária final com relação a trilha 5.
- Jussara Oliveira – Bireme – reforçou que a Padronização dos Protocolos e Formatos deve ser busca de todos os setores.
- Sinditelebrasil – Solicita retirar a posição de consenso de adoção de medidas sobre a alteração da redação do Art.9º do Marco Civil. O Sinditelebrasil não concorda com as alterações nos referidos Artigos 3º e 9º.